

**“OCUPAR E RESISTIR”: AS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS DA REDE
ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO (2016) E O ENFRENTAMENTO ÀS
CONTRARREFORMAS NEOLIBERAIS DA EDUCAÇÃO**

Graciella Fabrício da Silva*

Universidade Federal Fluminense

e-mail: graciellafabricio@gmail.com

As contrarreformas na educação brasileira

Na década de 1990, a educação brasileira passou por sucessivas contrarreformas. De natureza burguesa, elas foram elaboradas pela classe dominante-dirigente, organizada em diversos aparelhos privados de hegemonia, e contaram com a atuação dos intelectuais orgânicos (individuais ou coletivos) a elas ligados tanto no seu preparo quanto na sua difusão. Tais contrarreformas cumpriram uma dupla finalidade: ampliar os lucros de diferentes frações da burguesia e construir um consenso necessário à continuidade da hegemonia burguesa no Brasil.

A contrarreforma da educação acompanhou a contrarreforma do Estado. Ambas as contrarreformas (educação e Estado) se inserem no contexto de atualização da dominação burguesa no Brasil após o fim da ditadura empresarial-militar. Como afirma Flávio Henrique Calheiros Casimiro, a contrarreforma do Estado realizada na última década de 1990 foi formulada por intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia que expressavam os interesses de diferentes frações da burguesia.

Os estados, seguindo a tendência estabelecida a nível federal, implementaram as diretrizes neoliberais. No Rio de Janeiro, a implantação das contrarreformas do Estado e da educação remontam ao governo Marcello Alencar (1995-1998), quando foi criado o Programa Estadual de Desestatização, pela Lei nº 2.470, de 28 de novembro de 1995. Segundo Souza (2016, p. 88), *“um dos princípios do PED/RJ era promover investimentos e reestruturação da Administração Pública, com vistas a sua atuação nas funções públicas essenciais, em especial nas áreas de educação e saúde públicas, incluindo-se o saneamento básico”*. O PED abriu caminho para a privatização de sete empresas estaduais: a Companhia Estadual de Gás (CEG), o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), o Metrô-Rio, a Companhia Fluminense de Trens Urbanos

* Bolsista CAPES.

(Flumitrens), a Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro (Conerj) e o Terminal Menezes Cortes (SOUZA, 2016, p. 88). No entanto, ao contrário do que se afirmava, não houve incremento de recursos na educação pública fluminense. Com o Programa de Exonerações Incentivadas de Funcionários do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (PEI), de 1996, 10 mil docentes abandonaram suas matrículas devido aos baixos salários, sendo 3,7 mil exonerações apenas no ano de 1997 (SOUZA, 2016, p. 88). Além disso, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, foi dada continuidade ao processo de municipalização da oferta do ensino fundamental e da educação pré-escolar iniciada na década anterior, durante o governo de Wellington Moreira Franco (1987-1991).

A situação da educação estadual no Rio de Janeiro foi agravada com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), em 1996. Souza (2016, p. 92) aponta que, no exercício financeiro de 1998, o estado do Rio de Janeiro possuía um déficit de R\$ 320. 775. 753, o que motivou a contração de empréstimo junto ao governo federal para que fosse possível arcar com os custos advindos da transferência obrigatória de recursos do estado para os municípios. Desse modo, houve um aumento do endividamento do estado, aumentando a precarização da educação pública estadual, expressa nos baixos salários pagos ao magistério (R\$72,00) e aos demais trabalhadores da educação (R\$ 65,00) e na redução do número de matrículas e de estabelecimentos de ensino (SOUZA, 2016, p. 92).

A precarização da educação pública no Rio de Janeiro foi acentuada durante o governo Anthony Garotinho (1999-2002). Durante o seu mandato, Garotinho inaugurou o modelo de gestão empresarial da educação estadual, com a criação do Programa Nova Escola, pelo Decreto 25.959/2000. Com a criação do Nova Escola, Garotinho atropelava as deliberações realizadas na 1ª Conferência Estadual de Educação, realizada entre os dias 10 e 12 de dezembro de 1999, no município de Mendes, sob a direção da professora Lia Faria, então secretária de educação. A conferência, que contou com a participação de professores regentes da rede estadual de diversas escolas estaduais, estipulava a valorização do magistério, o combate à baixa escolaridade e ao analfabetismo, a gestão democrática, a autonomia escolar e a revitalização dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). A perspectiva era de transformá-los,

gradativamente, em escolas de período integral, resgatando a proposta original elaborada durante o governo de Leonel Brizola (1983-1987; 1991-1994).

Neubauer e Silva (2008) apresentam o Nova Escola como uma experiência positiva de “modernização” da gestão escolar. No entanto, a avaliação das pesquisadoras ligadas à Plataforma Democrática (integrada pela Fundação Fernando Henrique Cardoso) é contrastante com os resultados apresentados em pesquisas sobre o programa. O Nova Escola era um programa de avaliação externa, elaborada pela Fundação Cesgranrio, das escolas públicas do estado do Rio de Janeiro que atrelava a remuneração dos trabalhadores da educação estadual ao desempenho dos estudantes e das escolas. Dependendo do resultado, as escolas eram classificadas em níveis, que iam do 1 ao 5. Seguindo essa classificação, os professores e funcionários recebiam gratificações que variavam de R\$ 147, 46 (diretores), R\$ 100,00 (professores) e R\$ 50,00 (pessoal de apoio) a R\$ 360,00 (diretor), R\$237,60 (diretor adjunto), R\$156, 82 (secretário), R\$ 500,00 (professor) e R\$ 250,00 (pessoal de apoio). Uma vez que o piso salarial dos professores da rede estadual do Rio de Janeiro era de R\$ 416,00 no ano de criação do programa (NAJJAR, 2015, P. 113), o valor das gratificações servia como estímulo à competição entre as escolas e os trabalhadores da educação pelos recursos. A avaliação foi realizada até 2002, quando Garotinho renunciou ao cargo para concorrer à presidência da República. Sua sucessora, a vice-governadora Benedita da Silva, suspendeu o programa – e, conseqüentemente, o pagamento das gratificações –, a fim de atender à reivindicação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) de incorporação do valor máximo da gratificação aos vencimentos dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação do estado. O Nova Escola foi retomado em 2003, no governo Rosinha Garotinho, esposa do ex-governador (SOUZA, 2016, p. 107).

Durante o governo Sérgio Cabral Filho (2007-2014), ocorreu um maior entrelaçamento entre o estado e os aparelhos privados de hegemonia de origem burguesa no Rio de Janeiro. Por meio de contratos com empresas integrantes de organizações empresariais, Cabral Filho aprofundou a contrarreforma do estado e da educação no Rio de Janeiro. Com o argumento de “modernização da gestão pública”, o empresariado penetrou em maior escala no governo do estado. Para essa finalidade, foi

contratado Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), hoje denominado Falconi – Consultores de Resultados. O INDG atua como intelectual orgânico coletivo que formula ações de matriz empresarial a serem adotadas pelo Estado e também forma intelectuais para atuarem na execução dos projetos elaborados pelo instituto, que é uma das empresas integrantes do Movimento Brasil Competitivo (MBC), fundado em 2001 sob a liderança de Jorge Gerdau Johannpeter (CASIMIRO, 2018, p. 232). Em 2007, o MBC lançou o Programa de Modernização da Gestão Pública (PMGP), com o propósito de difundir o modelo privado de gestão no aparelho do Estado. O PMGP foi adotado por diferentes órgãos dos governos estaduais e das prefeituras do Brasil. O governo do estado do Rio de Janeiro adotou o programa em duas fases. A primeira (maio de 2011- maio de 2012) voltou-se à “*implantação da governança pública do Estado do Rio de Janeiro*”, com o objetivo de “*garantir maior controle sobre os projetos mais importantes do Estado e as principais metas de governo por meio da construção do Modelo de Governança Pública*” (CASIMIRO, 2018, p. 248). A segunda etapa (dezembro de 2011 – dezembro de 2012) voltou-se à Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e tinha a finalidade de “*licenciar, customizar e implantar na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro o software MODUS RV (Remuneração Variável) que irá sistematizar o programa de remuneração variável 2011; prestar suporte técnico no software Modus Educação durante 12 meses de projeto*” (CASIMIRO, 2018, p. 248). Dessa forma, foi institucionalizada a “gestão privada de escolas públicas” (GRAWRZESCKI, MOTTA E PUTZKE, 2017), com prejuízo à gestão democrática da educação prevista na Constituição Federal de 1988.

No âmbito da Secretaria de Estado de Educação, a implementação das diretrizes empresariais na educação pública estadual ficou sob a responsabilidade de Wilson Risolia, economista, vice-diretor da Falconi e secretário de educação do estado do Rio de Janeiro durante o governo Sérgio Cabral. Nesse período, foi criada a Gestão Integrada da Escola (GIDE), o Índice de Desenvolvimento Educacional do Rio de Janeiro (IDERJ) e o Sistema de Avaliação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ). Em seu conjunto, essas medidas aprofundavam o modelo baseado na meritocracia inaugurado no estado pelo ex-governador Garotinho. Assim como no governo anterior, a política educacional do governo Cabral Filho estipulava metas a serem atingidas pelas

unidades escolares estaduais. Caso essas metas fossem atingidas, as escolas eram “premiadas” com o pagamento de bônus que chegavam até R\$3.000, 00. A “premiação” também se estendia aos estudantes, que recebiam notebooks ou tablets se tivessem um bom desempenho no SAERJ. Além disso, foram elaboradas outras ferramentas de controle do trabalho docente, como o currículo mínimo para cada disciplina.

A contrarreforma agravou a precarização das escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro. A lógica darwinista social da competição e da meritocracia está na raiz de problemas graves da educação pública estadual fluminense, como o rebaixamento dos salários das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação, a falta de recursos materiais e humanos (porteiros, merendeiras, professores, inspetores e pessoal técnico administrativo), a superlotação das salas de aula e o encolhimento da rede pública estadual.

De acordo com dados obtidos no Censo Escolar, vem ocorrendo uma redução contínua da oferta de educação básica em nível nacional. Se, em 1991, havia um total de 214.943 escolas, em 2016 esse número cai para 186.081. A diminuição foi maior nas redes municipais e estaduais. A rede municipal possuía um total de 149.392 escolas em 1991; em 2016, esse total era de 114.719. Já na rede estadual, passou-se de um total de 48.091 estabelecimentos de ensino em 1991 para 30.659 escolas estaduais em 2016. Essa diminuição da rede pública sugere uma privatização da educação básica, que pode ser detectada pela expansão significativa da rede privada. Nesse mesmo período, o total de estabelecimentos privados de educação básica saltou de 16.827 (1991) para 40.016 (2016).

A tendência explicitada a nível nacional se manifestou claramente no estado do Rio de Janeiro, onde ocorreu uma queda ainda mais acentuada na oferta de escolas de educação básica na rede pública. Em 1991, existiam 2.170 escolas estaduais; em 2016, eram 1.324 unidades escolares da rede estadual. Essa redução ocorreu de forma mais intensa durante o governo de Sérgio Cabral Filho (2007-2014), quando foram fechadas 316 escolas estaduais. O seu sucessor, Luiz Fernando Pezão (2015-2018), deu continuidade ao projeto de privatização da educação, fechando outras 37 escolas durante o seu governo. Ao mesmo tempo, houve um crescimento significativo da educação

privada. O número de estabelecimentos particulares de educação básica passou de 3.020 (2007) para 4.669 (2016).

O fechamento de escolas gerou inúmeros problemas para os docentes, que ficavam excedentes, à procura de um novo local de trabalho, e sem garantia de conseguirem completar a sua carga horária em uma mesma escola. A essa situação, os docentes da rede estadual responderam com greves e paralisações que tinham como reivindicação o fim da política de bônus e da avaliação externa, a concessão de reajuste salarial, realização de concurso público para funcionários e “uma matrícula, uma escola”.

“Ocupar e resistir”

A partir de 2013, o movimento estudantil, animado pela jornada de lutas inaugurada com os levantes de junho daquele ano, engajou-se na luta encampada pela classe trabalhadora por melhores condições de vida, aí incluída a defesa da educação pública.

Em 2014, os secundaristas fluminenses organizados promoveram boicotes ao SAERJ, como forma de demonstrar apoio à greve dos professores da rede estadual que estava em curso. A campanha de boicote era divulgada em eventos organizados no Facebook, por uma página chamada “Boicote ao SAERJ #educaçãoemgreve”. A “missão” da página era, segundo a descrição feita pelos administradores

Conscientizar os alunos, de que o SAERJ é um ato de autoritarismo, uma forma de tirar a autonomia do professor e avaliar seu aluno, de esconder o abandono das escolas estaduais do Rio de Janeiro já que as escolas sem a mínima infraestrutura para fornecer aos alunos o conhecimento necessário, são obrigadas a aplicar a prova mesmo assim. O SAERJ é uma prova que segue um modelo de avaliação por meritocracia, que é um sistema usado em empresas para medir o valor de seus funcionários.

Entretanto, precisamos deixar claro que estamos falando de escolas, onde estão formando cidadãos.

Não somos uma mercadoria a qual o estado pode atribuir um valor!

Fazer o SAERJ é contribuir para a [sic] fracasso do ensino nas escolas estaduais, cujo o [sic] verdadeiro culpado é o governo!

BOICOTE!¹

As atividades contra o SAERJ prosseguiram durante o ano letivo de 2015. Uma postagem na página supracitada, de 15 de abril daquele ano, indagava:

¹ BOICOTE AO SAERJ #educaçãoemgreve. “Missão”. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/boicoitesaerj/about/?ref=page_internal. Acesso em 21 de janeiro de 2019.

Quantas vezes você se deparou com uma matéria que não estava estudando no bimestre ao fazer a prova do SAERJ? Isso acontece porque o SAERJ, como todos sabem, exige currículo mínimo, criado sem considerar a participação amplamente democrática dos professores e suas diversas realidades. Além de atrapalhar o planejamento, o SAERJ tira a autonomia deles ao impor a aplicação de determinados conteúdos sem consultá-los. Os problemas da educação de nossa rede não serão identificados por uma simples prova bimestral!

BOICOTE TOTAL!²

A publicação vinha acompanhada da fotografia do cartão-resposta de um estudante do C. E. Pinto Lima (Niterói) rasurado com os dizeres: “*Liberdade para todos os presos políticos da cidade e do campo!*”; [...]; “*Educação não é mercadoria!*”; “*Lutar não é crime!*”; #Boicote ao SAERJinho”; “*Ousar lutar, ousar vencer! [...]*”.

O acúmulo de experiência nas lutas em 2013 e 2014 permitiu que os estudantes alcançassem um maior nível de consciência política e melhorassem a sua organização. Além disso, o bem sucedido movimento de ocupação de escolas ocorrido em São Paulo no ano de 2015, quando estudantes secundaristas conseguiram impedir o fechamento de 198 escolas estaduais pelo governador Geraldo Alckmin, estimulou o movimento estudantil em diversos estados a intensificar a sua mobilização em defesa da educação pública.

Em março de 2016, foram cortados R\$ 4, 27 bilhões de reais do orçamento do MEC, afetando programas como FIES e PROUNI e prejudicando o desenvolvimento de programas de formação docente das universidades públicas e programas de financiamento da educação básica. No Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Educação teve seu orçamento reduzido em R\$ 102 milhões para o ano letivo de 2016, que foi iniciado com um agravamento da carência de profissionais nas escolas. Além da carência de professores de várias disciplinas, os porteiros (que eram contratados por empresas terceirizadas) haviam sido demitidos. Além disso, havia atraso no repasse das verbas (reduzidas) para a manutenção das unidades. Utilizando o argumento da crise, a SEEDUC estabeleceu um racionamento dos serviços de limpeza e da merenda das escolas, determinando que fosse servida a chamada merenda fria (biscoitos ou pães e sucos industrializados) no lugar de frutas, verduras e legumes. Alegava-se que o

² BOICOTE AO SAERJ #educaçãoemgreve. Disponível em: <https://www.facebook.com/boicoitesaerj/photos/a.439733186143657/745514582232181/?type=3&theater>. Acesso em 21 de janeiro de 2019.

racionamento da limpeza e da merenda geraria uma economia de R\$ 83 milhões, ao passo que se economizariam outros R\$ 12 milhões com a suspensão da realização do Salão do Livro e da Semana de Artes pela SEEDUC³. Nas escolas da rede FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica), além da falta de manutenção, a falta de merenda motivava o cancelamento das aulas.

A situação era ainda mais precária nas escolas indígenas do estado. Apenas em 2015 foram implementadas as séries finais do Ensino Fundamental e as escolas existentes foram construídas pelas próprias comunidades, uma vez que os sucessivos governos não destinaram recursos para construir prédios escolares nas aldeias do povo Guarani. Segundo o SEPE Angra, uma única escola atendia três aldeias com salas de extensão e em duas aldeias não havia escola estadual⁴.

No início do ano letivo de 2016, os secundaristas do Rio de Janeiro realizaram atos em diversos municípios do estado contra os cortes na educação e em apoio à greve dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação, iniciada no dia 2 de março daquele ano. Com a manutenção dos cortes que precarizavam as escolas públicas, os estudantes decidiram ocupar as escolas como forma de pressionar o governo do estado do Rio de Janeiro a atender às reivindicações do movimento estudantil e das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação. No dia 17 de março, os estudantes secundaristas ocuparam o Colégio Estadual Luiz Reid, no município de Macaé, no norte do estado. Quatro dias depois, ocorreu a ocupação do Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, a primeira da capital do estado a ser ocupada pelos secundaristas. A ocupação do Mendes de Moraes impulsionou uma onda de ocupações em todo o estado, que envolveu, além das escolas da rede subordinadas à Secretaria de Estado de Educação, escolas técnicas da Fundação de Amparo à Escola Técnica (FAETEC). No dia 5 de abril, a Escola Técnica Estadual Helber Vignoli Muniz, localizada em Saquarema, na região das Baixadas Litorâneas, transformou-se na primeira escola da rede FAETEC a ser ocupada.

³ BACELAR, Carina. “Escolas estaduais terão corte de R\$ 102 milhões este ano”. *O Globo*. 13 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/escolas-estaduais-terao-corte-de-102-milhoes-este-ano-18461249>. Acesso em 19 de dezembro de 2018.

⁴ SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – NÚCLEO ANGRA DOS REIS. “SEPE na luta pela educação escolar indígena”. 28 de abril de 2016. Disponível em: <http://sepeangra.blogspot.com/2016/04/>. Acesso em 13 de fevereiro de 2019.

Nas entrevistas realizadas para o desenvolvimento de pesquisa (ora em andamento) sobre o tema, os estudantes de diferentes escolas que foram ocupadas demonstraram insatisfação com o SAERJ, o currículo mínimo, a falta de recursos, bem como sobre as desigualdades estruturais da sociedade brasileira que interferem negativamente na aprendizagem.

Questionado sobre o currículo mínimo, um estudante do Colégio Estadual José Leite Lopes/NAVE (uma das escolas-modelo do estado, mantida a partir de “parceria” com a empresa Oi) respondeu:

Para responder, primeiro é necessário questionar, para quem serve o currículo mínimo? E ele realmente não serve para os alunos, pois não existe uma visão de construção pessoal do aluno, apenas visa o produto, a nota. Existe uma falta de “vida” no currículo mínimo, como: culinária, nutrição, marcenaria, yoga, meditação, além da forma de educação como um todo, pois é muito difícil criticar o currículo separando ele do sistema de ensino industrial, pois estão completamente entrelaçados. (Estudante 12, C. E. José Leite Lopes/NAVE)

O mesmo estudante afirmou o seguinte sobre o SAERJ:

Uma prova meritocrática que determinava privilégios antidemocrátic[o]s para escolas que por fatores sociais tinha[m] notas maiores. O caso da minha escola, que tem apenas 480 alunos, onde a entrada era por meio de processo seletivo e sempre ganhava o prêmio do SAERJ. (Estudante 12, C. E. José Leite Lopes/NAVE)

Os estudantes do CAIC Tiradentes e do Colégio Estadual Reverendo Hugh Clarence Tucker (localizadas na periferia do município do Rio de Janeiro), realizaram crítica semelhante, porém pelo viés da denúncia da violência policial nas favelas cariocas. No dia 05 de maio, fizeram as seguintes postagens:

Nossos amigos, da nossa sala, estão contando dezenas de relatos sobre a violência na Providência. Medo de morrer. Casas arrombadas. Tiro nas portas. Não queremos mais viver isso!
O ato de amanhã está mantido!
Contra a SEEDUC e contra essa guerra aos moradores.
Concentração às 8h no Caic Tiradentes.
NOTA EM APOIO AOS ALUNOS QUE OCUPARAM A SEEDUC E CONTRA O TERROR DE ESTADO NA NOSSA COMUNIDADE!
infelizmente [*sic*], em vista do tiroteio presente na localidade onde o colégio ocupado CAIC/Reverendo está situado, com a invasão policial no Morro da Providência, os alunos ocupantes não podem ir por causa da violência presente nesse exato momento e até algumas horas atrás quando começou tudo! Mas damos total apoio e forças à [*sic*] vocês!
Estamos juntos nessa luta!
Menos armas, mais livros!

#Ocupatudo

Tão logo o movimento começou a ganhar visibilidade e apoio de parcelas significativas das camadas populares da sociedade, a Secretaria de Educação recorreu à utilização de um conjunto de instrumentos, a fim de criar um consenso entre a sociedade civil para evitar que a ampliação do movimento colocasse em risco as bases da sociedade burguesa. Através da aliança com determinados segmentos da sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia, sobretudo a mídia empresarial (dentre a qual determinados segmentos tinha contratos com a SEEDUC para o desenvolvimento de projetos educacionais) e as redes sociais, o governo do estado, através da SEEDUC, buscou convencer a população da necessidade de manter o seu apoio ao projeto hegemônico e, assim, diminuir a adesão popular ao movimento protagonizado pelos estudantes.

Inicialmente, a Secretaria tentou minimizar o movimento, dando a entender que os secundaristas não possuíam autonomia e que as ocupações eram resultado de pequenos grupos com vinculação a partidos políticos e ao SEPE⁵. Em algumas unidades ocupadas, a Polícia Militar tentou retirar violentamente os secundaristas das escolas. Diante da repercussão negativa alcançada em função da divulgação da ação policial contra os estudantes, a Secretaria não recuou em suas tentativas de deslegitimar as ocupações. No dia 28 de março, a SEEDUC anunciou que ingressaria com pedido de reintegração de posse do Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, ocupada desde o dia 21. No dia 11 de abril, a juíza Neusa Regina Larsen de Alvarenga Leite, da 14ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, deferiu uma liminar favorável à reintegração do Mendes de Moraes. No entanto, a Secretaria foi derrotada no mesmo dia em que parecia ter saído vitoriosa da batalha contra os estudantes. À noite, a justiça fluminense, na figura do desembargador Sérgio Seabra Varella, reconheceu a legitimidade da ação dos secundaristas que ocupavam as escolas após um recurso interposto pela Defensoria Pública em favor dos estudantes.

Diante desse revés, não restou à SEEDUC outra alternativa senão reconhecer a validade da luta estudantil. Nesse sentido, é bastante significativa a fala do então

⁵MELLO, Kátia. “Secretaria do RJ vai à Justiça para reintegrar escola ocupada”. *GI*. 28 de março de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/secretaria-do-rj-vai-justica-para-reintegrar-escola-ocupada.html>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

secretário de educação, Antônio José Vieira Neto, no dia 16 de abril, em entrevista ao *site* G1. Neto afirmou reconhecer a legitimidade do movimento estudantil e a existência de problemas na infraestrutura de 50 escolas. No entanto, explicitou seu incômodo perante a politização do movimento⁶.

Perdida a batalha judicial, a SEEDUC recorreu a outros procedimentos para tentar esvaziar o movimento de ocupação. Um deles foi o argumento de que haveria o risco de perda do ano letivo caso ele prosseguisse. Além disso, o recesso escolar – previsto para agosto – foi antecipado nas unidades ocupadas, o que causou o bloqueio do cartão que assegurava a gratuidade dos estudantes nos transportes públicos. Também foi ventilada a possibilidade de transferência de estudantes matriculados nas escolas ocupadas para outras unidades dentro da própria rede estadual ou para escolas das redes federal, municipal e particular. Foi até mesmo sugerida que as aulas das escolas ocupadas fossem realizadas em outro local pelos professores que não estavam em greve⁷. As investidas também partiram do chefe de gabinete da SEEDUC, Caio Castro Lima, que, após se reunir com estudantes que ocupavam o C. E. Prefeito Mendes de Moraes, afirmou à imprensa que “os participantes do movimento de ocupação de escolas estão tirando o direito dos outros alunos de estudar e matando o futuro desses estudantes”⁸. Buscava-se, com essas medidas, tentar fazer com que aqueles secundaristas que ainda estavam em dúvida quanto a apoiar ou não o movimento ficassem contra a ocupação e passassem a pressionar os secundaristas que integravam as ocupações para interromper a luta.

A SEEDUC também estimulou um contra movimento para acabar com as ocupações, em vez de negociar com os secundaristas que ocupavam as escolas. Através das redes sociais e com o apoio de diretores das escolas sob ocupação, a Secretaria

⁶ “Ocupação de escolas é legítima, diz secretário de educação do RJ”. *G1*. 16 de abril de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/ocupacao-de-escolas-e-legitima-diz-secretario-de-educacao-do-rj.html>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

⁷ “Escolas podem perder ano letivo se ocupações continuarem, diz secretaria”. *R7*. 3 de maio de 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/escolas-podem-perder-ano-letivo-se-ocupacoes-continuarem-diz-secretaria-03052016>. Acesso em 27 de janeiro de 2019. “Alunos de escolas ocupadas protestam no Rio”. *G1*. 4 de maio de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/alunos-de-escolas-ocupadas-protestam-no-rio.html>. Acesso em: 27 de janeiro de 2019.

⁸ “Ocupação de escolas tira direito da maioria de estudar, diz governo do RJ”. *UOL*. 12 de abril de 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/04/12/ocupacao-de-escolas-tira-direito-da-maioria-de-estudar-diz-governo-do-rj.htm>. Acesso em 27 de janeiro de 2019.

estimulou ações em favor da desocupação das unidades. A instituição informava que a iniciativa partia de estudantes que eram contrários à ocupação e queriam voltar a estudar⁹, a despeito da ausência de vários profissionais (em função da greve ou da carência real) e da ausência de ações por parte do governo do estado para superar o quadro estrutural de precariedade da rede estadual de ensino. Porém, a própria SEEDUC fez publicações na sua conta oficial no Twitter divulgando a realização de atos em favor da desocupação e contra a ocorrência de novas ocupações – como a que ocorreu no Colégio Estadual Heitor Lira, na capital do estado, no dia 20 de abril.

Grupos denominados “Desocupa Já” e “#nãoocupa” foram criados no Facebook. O chefe de gabinete da SEEDUC, coordenadores das regionais, agentes de acompanhamento da gestão escolar, diretores de escolas e professores não grevistas participavam desses grupos tecendo comentários contrários à ocupação e estimulando manifestações pela desocupação/não ocupação das unidades escolares do estado. Segundo o *Esquerda Diário*, Caio Castro Lima deixava explícito em comentários no seu perfil pessoal do Facebook e em um grupo chamado “#nãoocupa” o seu apoio ao desocupa.

[...] Temos que fazer esses invasores nos ouvirem. Temos que fazer o governo e a sociedade nos ouvir. Temos que fazer com que todos nos ouçam. Devem saber que queremos respeito. Aumento sim; mas antes de mais nada, respeito. [...] Se quisermos mesmo, entramos nessas escolas invadidas e a trazemos de volta para a comunidade; para os verdadeiros alunos, professores, pais. Não é nem para a Seeduc. É para a sociedade. Basta querer. Nos organizamos e fazer acontecer. [...]¹⁰

Entretanto, os esforços da Secretaria foram em vão. O movimento não parava de crescer, totalizando 64 escolas ocupadas em 21 cidades do estado do Rio de Janeiro até o dia 19 de abril¹¹. Segundo a ANEL – Rio de Janeiro, no dia 3 de maio o estado

⁹ NITAHARA, Akemi. “Estudantes pedem desocupação de escolas do Rio de Janeiro”. *Agência Brasil*. 20 de abril Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/estudantes-pedem-desocupacao-de-escolas-do-rio-de-janeiro>. Acesso em 30 de janeiro de 2019.

¹⁰ ILG, Jean. “Após incitar o ‘Movimento Desocupa’, SEEDUC tenta tirar o corpo fora”. *Esquerda Diário*. 12 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Apos-incitar-o-Movimento-Desocupa-SEEDUC-tenta-tirar-o-corpo-fora>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

¹¹ SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SEPE – RJ). “Ocupação nas escolas estaduais: 64 escolas ocupadas em 21 cidades”. 19 de abril de 2016. Disponível em: http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=6977. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

contava com 78 escolas ocupadas em 23 municípios¹². Contudo, a Secretaria ainda relutava em atender o pleito dos estudantes e buscava minimizar o alcance da luta. A fim de cobrar a abertura de um canal de negociação, no dia 05 de maio os estudantes de várias escolas sob controle secundarista ocuparam a sede da Secretaria de Educação, quando obtiveram do secretário o reconhecimento da legitimidade do comando das escolas ocupadas e o compromisso de definir um calendário de negociações¹³.

No dia 06 de maio, Caio Castro Lima, chefe de gabinete da Secretaria, pediu exoneração do cargo - não sem antes esclarecer publicamente que não havia o risco dos alunos serem reprovados em função das ocupações¹⁴. Dias depois, no dia 16 de maio, Antônio Neto também pediu exoneração do cargo, sendo substituído por Wagner Victer¹⁵. A exoneração de Neto ocorreu no mesmo dia em que foi realizada uma audiência pública na Comissão de Educação da ALERJ, com a participação de estudantes e professores. Os estudantes pontuavam a necessidade de mais verbas para melhorar a estrutura das escolas e reivindicavam o passe livre ilimitado. Segundo um estudante do CIEP 225 Mário Quintana, o atendimento desses itens era a condição para que os secundaristas saíssem das 70 unidades ocupadas até aquele momento. De acordo com a notícia publicada no site da ALERJ, das reivindicações apresentadas por

¹² ANEL – RIO DE JANEIRO. “MESMO COM TODA A PRESSÃO DO GOVERNO CHEGAMOS 78 ESCOLAS OCUPADAS NO ESTADO DO RJ ESPALHADAS POR 23 CIDADES”. 3 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/anel.errejota/posts/1096218330420396:0>. Acesso em 29 de janeiro de 2019.

¹³ ANEL – RIO DE JANEIRO. Disponível em: <https://www.facebook.com/anel.errejota/photos/a.590172347691666/1109988062376756/?type=3&theater>. Acesso em 27 de janeiro de 2019.

¹⁴ Em entrevista à imprensa, Castro afirmou: “Não há como haver reprovação. Quando a Secretaria afirma que poderá haver perda do ano letivo não é que o aluno vá ser reprovado. Existe uma questão de interpretação nisso. Reprovar o aluno quem reprova é o professor.” OCUPA HERBERT. Disponível em: [https://www.facebook.com/memoriaocupaherbert/videos/1720591361558607/?hc_ref=ARQmjvrur7BLBbKlAkl4rwJGLwNGCZAKRjgnsINz_yA6Lj4oH3Qxom7HKcE08VcR3K0&xts__\[0\]=68.ARD-TBKV8h1hL4fca-vFXSv05x1-R-3TnWW832p_BiV2pKekBpSla_efjCjMmeQak7I1NAbsMSBJrZCW040Q_aKFU7OVyZj9nCceOKNifFmiKjsGnw6Vx1A6_Dmk6fV0nZ10-CxMA1C7KvA4Q9tYYKIIJdiRlmrhZbbCIINLG1oykqipZRYM6JFjp5c7PgNL2jMif3C8Ox9Bk2C-DvG4CRqInLiRH4_TE7FwzngL5-19ZRhuI0_5ljkVPTpWYDH7e1IHglvmUpA-gQ4cvwhLGOBnzGP4MPRJm_sce9cnYgRxN4sd8a0Xw5RsE-g-co7K1HgzfMphQGP2UWHaLHVgKieDkiO1s1TWAYCeWaZO6WC3TdLbXtpha8FtXDGsII-MuRKwdUAftqINm8796CV9z4cs0CTsU7YC7g3kSI-3nC2GELHLHoJ1nsGGSGJ13M3mvdJycCiv7y2x1PoB8wX0juQa8iQy6qMAWZYwOuOugEc7p1606sgDwPnz1wKwPTS5g&_tn_=-FC-R](https://www.facebook.com/memoriaocupaherbert/videos/1720591361558607/?hc_ref=ARQmjvrur7BLBbKlAkl4rwJGLwNGCZAKRjgnsINz_yA6Lj4oH3Qxom7HKcE08VcR3K0&xts__[0]=68.ARD-TBKV8h1hL4fca-vFXSv05x1-R-3TnWW832p_BiV2pKekBpSla_efjCjMmeQak7I1NAbsMSBJrZCW040Q_aKFU7OVyZj9nCceOKNifFmiKjsGnw6Vx1A6_Dmk6fV0nZ10-CxMA1C7KvA4Q9tYYKIIJdiRlmrhZbbCIINLG1oykqipZRYM6JFjp5c7PgNL2jMif3C8Ox9Bk2C-DvG4CRqInLiRH4_TE7FwzngL5-19ZRhuI0_5ljkVPTpWYDH7e1IHglvmUpA-gQ4cvwhLGOBnzGP4MPRJm_sce9cnYgRxN4sd8a0Xw5RsE-g-co7K1HgzfMphQGP2UWHaLHVgKieDkiO1s1TWAYCeWaZO6WC3TdLbXtpha8FtXDGsII-MuRKwdUAftqINm8796CV9z4cs0CTsU7YC7g3kSI-3nC2GELHLHoJ1nsGGSGJ13M3mvdJycCiv7y2x1PoB8wX0juQa8iQy6qMAWZYwOuOugEc7p1606sgDwPnz1wKwPTS5g&_tn_=-FC-R). Acesso em 29 de janeiro de 2019.

¹⁵ “Secretário de Educação do RJ é exonerado; Wagner Victer assume.” *GI*. 16 de maio de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/secretario-de-educacao-do-rj-e-exonerado-wagner-victer-assume.html>. Acesso em 19 de dezembro de 2018.

estudantes e professores, 12 já haviam sido atendidas, entre as quais o abono das faltas por greve dos professores que aderiram a movimentos grevistas de 1993 a 2016, a eleição para a direção das escolas e a liberação da recarga mensal dos cartões que davam aos estudantes acesso gratuito ao transporte público. Entretanto, o governo do estado não cedia em relação ao atendimento de demandas que exigiam maior alocação de recursos financeiros. Era o caso das reivindicações pela regularização do calendário de pagamento, o reajuste salarial de 30% e a reserva de um terço da carga horária docente para atividades extraclasse exigidos pelos professores. O não atendimento dessas e outras medidas propostas pelos professores fez com que os docentes optassem por continuar em greve e os estudantes, as ocupações.¹⁶

A continuidade do movimento obrigou a SEEDUC a ceder e dar início a uma rodada de negociações com os estudantes. No dia 16 de maio teve início uma série de audiências públicas realizadas pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e pelo Ministério Público estadual (MPRJ) com o objetivo de formalizar um acordo entre as partes em disputa que fosse capaz de encerrar a ocupação. Nesse sentido, entre os dias 16 e 24 de maio, foram realizadas cinco audiências na 2ª Vara da Infância e da Juventude para abordar a pauta de reivindicações do movimento. As audiências foram divididas em temas referentes a: Passe Livre/RioCard, Sistema de Avaliação Estadual/Currículo Escolar, Alimentação e Merenda e, por último, Segurança e Funcionários. Na primeira dessas audiências, foi definido um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Através desse documento, ficou acertado o repasse de R\$ 15 mil a cada uma das escolas ocupadas para a realização de obras de melhoria na estrutura das unidades. Segundo o site *GI*, o documento também determinava a “realização de reformas em 185 unidades de ensino por meio do programa ‘Preservando Escolas’ e com o início já no mês que vem, além da manutenção da climatização nas unidades que possuem ar condicionado, entre outros pontos.”¹⁷

Ao fim das audiências, embora não tenha alcançado a vitória de toda a pauta, o movimento secundarista consolidou conquistas significativas: eleição direta para

¹⁶ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. “Comissão debate ocupação nas escolas com secretário de educação.” 16 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/38373?AspxAutoDetectCookieSupport=1>. Acesso em 19 de dezembro de 2018.

¹⁷ “Secretário de Educação do RJ é exonerado; Wagner Victor assume.” *GI*. 16 de maio de 2016. *Idem*.

direção das escolas; garantia de livre atuação dos grêmios estudantis, com determinação para que fosse reservado um espaço próprio para a referida entidade dentro das escolas e permitindo a entrada de seus representantes em sala de aula; delimitação das atribuições do Conselho Escolar; repasse de R\$ 15 mil para cada escola ocupada, com a finalidade de realizar reparos emergenciais; reforma na infraestrutura de 185 escolas; climatização das salas de aula; determinação para que a SEEDUC tornasse transparente os contratos de infraestrutura; extensão da gratuidade de transporte para a realização, pelas/pelos estudantes, de atividades curriculares fora do estabelecimento de ensino, nos dias de realização do ENEM e de vestibulares e complementação, por via de vale educação complementar, para aquelas e aqueles que realizam longos trajetos entre o local de residência e a escola; extensão da gratuidade do passe durante 24 horas nos dias letivos; fim do SAERJ; revisão do currículo mínimo; em relação à merenda, garantiu-se duas refeições diárias para alunos de meio período e quatro para os que cursam o período integral. Estipulou-se também o prazo de 120 dias para elaboração, pela SEEDUC, de um plano de ação para solucionar os problemas das escolas que não possuem cozinha. Outra importante conquista foi a ampliação da carga horária das disciplinas de Filosofia e Sociologia na grade curricular do ensino médio estadual.

Após o acordo judicial, as escolas foram desocupadas. No entanto, um grupo de estudantes ocupou novamente a sede da SEEDUC para pressionar pelo atendimento à pauta dos professores, cuja greve se estendeu até o dia 26 de julho.

Pode-se afirmar que o movimento conseguiu suspender alguns pontos importantes da pauta neoliberal na educação pública no estado do Rio de Janeiro. No entanto, dado a conjuntura de descenso na conquista de direitos da classe trabalhadora e o avanço da onda conservadora – que atingiu o seu ápice, no Brasil, com o golpe de 2016 –, as conquistas alcançadas pelo movimento dos estudantes secundaristas correm o risco de ser suspensas pela ascensão de governos de orientação ultraliberal. Nesse sentido, torna-se ainda mais relevante que a classe trabalhadora e os movimentos sociais construam a alternativa hegemônica ao capital, capaz de interromper o metabolismo de reprodução do capital, conforme defendido por István Mészáros.

Conclusão

As ocupações de escola que ocorreram em 2016 no estado do Rio de Janeiro foram uma resposta do movimento estudantil fluminense à precarização da educação pública e à redução do horizonte de expectativas da juventude impostas em duas décadas de governos neoliberais.

O movimento ajudou a fortalecer a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação, que entraram em greve no dia 2 de março por melhores salários e melhores condições de trabalho. O apoio do movimento estudantil foi fundamental para a conquista de algumas das reivindicações que há anos constavam na pauta do SEPE, como o fim do SAERJ e a ampliação da carga horária das disciplinas de Filosofia e Sociologia. Da mesma forma, conseguiram assegurar o direito ao passe livre e fazer com que o estado destinasse verbas para a realização de reformas nas escolas.

A ocupação de escolas pode ser vista como um momento de avanço da consciência e do pensamento crítico dos estudantes. O processo de ensino e aprendizagem desenvolvido por militantes e trabalhadores de diversos movimentos sociais nos “aulões” e atividades culturais e pedagógicas realizados nas escolas ocupadas proveu os jovens de significativo conteúdo para ler e interpretar a realidade à sua volta com uma perspectiva emancipadora. Isso ganha maior relevância na medida em que a ocupação das escolas da rede estadual do Rio de Janeiro ocorreu em conjunto à greve das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação do estado, ou seja, em um movimento orgânico oriundo da luta de classes. Além do mais, esse aprendizado adquire um significado especial na medida em que os estudantes foram agentes diretos na construção do conhecimento na/da luta em defesa da educação pública, laica, estatal e de qualidade para as filhas e os filhos da classe trabalhadora. Entretanto, faz-se necessário que a classe trabalhadora assuma o seu papel histórico e construa a alternativa hegemônica capaz de suplantiar o metabolismo de reprodução de capital para que se consiga efetivar, de maneira definitiva, uma educação pública, gratuita e democrática.

Referências bibliográficas

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita*. Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

GRAWRYZESKI, Bruno; MOTTA, Vânia Cardoso da; PUTZKE, Camila Kipper. “Gestão privada de escolas públicas: um novo mercado sob a tutela do Estado”. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 728-748, set./dez. 2017.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

NAJJAR, Jorge. *A disputa pela qualidade da escola*. Uma análise do Programa Nova Escola do estado do Rio de Janeiro. Niterói: Editora da UFF, 2015.

NEUBAUER, Rose; SILVEIRA, Ghisleine Trigo. *Impasses e alternativas de política educacional para a América Latina: Gestão dos sistemas escolares – quais caminhos perseguir?* São Paulo/Santiago: iFHC/CIEPLAN, 2008.

SOUZA, Fábio Araújo de. *A remuneração dos professores do estado do Rio de Janeiro (1995-2014)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. (Tese de doutorado)